

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: 287

Data 20 de abril de 1949 Pg.: _____

**Governo abandona
o projeto que
emancipa índio**

Do correspondente
do serviço local

O ministro Mário Andreazza, do Interior, disse ontem, em Belém, que o projeto de emancipação do índio, elaborado pela administração anterior, já foi abandonado e não será mais executado pelo governo Figueiredo. "Vamos deixar que o processo de adaptação do índio à sociedade evolua naturalmente", explicou Andreazza, acrescentando: "O índio deve evoluir no País da forma que ele achar melhor".

Mesmo antes de ser divulgado, no dia 16 de novembro do ano passado, o decreto de emancipação do índio já vinha sendo sistematicamente criticado e a reação do cacique Apoena, da reserva Xavante de São Marco, ao receber de Rangel Reis uma cópia do documento, foi a de pedir ao ministro para rasgá-lo, já que, explicou Apoena, "não pretendemos ter uma vida igual à do branco: a de vocês é muito complicada, é uma vida de palhaços". A proposta básica do decreto, segundo a exposição de motivos, era a de liberar as comunidades indígenas do regime tutelar, me-

diante requerimento da maioria dos membros da comunidade interessada. Previa-se que, antes de declarada a emancipação, seria realizado um inquérito para comprovar a "plena integração do grupo na Comunhão Nacional". Em seu conjunto, o decreto foi considerado "perigoso" pelos irmãos Claudio e Orlando Villas Boas, ambos assessores da Funai, porque exporia o índio "a uma espoliação" e seria "válvula aberta para, amanhã, um presidente ou ministro, por outros interesses, tirar a terra dos índios". As críticas principais à iniciativa pessoal do ex-presidente Geisel, conforme foi ressaltado pelo Ministério do Interior, recaíram principalmente em dois pontos: a fixação da idade mínima para o índio requerer sua emancipação, passando 21 anos estabelecidos no Estatuto do Índio, para 18 anos, e a faculdade de o governo tomar a iniciativa de emancipação, do índio ou de sua comunidade, sem ouvir ninguém. Daí, os adjetivos de "cínico", "institucional", "desastroso" e "etnocida" (exterminio de uma cultura e o impedimento de um povo continuar a viver como povo) atribuídos ao decreto.